

Poder e reflexividade em ciência: revisão crítica do *Science de la science* de Pierre Bourdieu*

Telmo H. Caria**

Resumo

Este texto pretende ser, simultaneamente, uma recensão e um comentário crítico ao último livro de Pierre Bourdieu, *Science de la science et réflexivité*. Começamos por fazer uma síntese das principais contribuições críticas deste autor acerca dos estudos das décadas de 1980 e 1990 em Sociologia da Ciência. Em seguida, retomamos as principais teses racionalistas e históricas de Bourdieu sobre o entendimento que tem do campo científico em geral. Na parte final do texto introduzimos alguns argumentos críticos às formulações de Bourdieu, pondo em evidência as limitações da teoria dos campos para dar conta da prática científica em países não centrais, dos processos de globalização da ciência e da capacidade auto-reformadora da reflexividade científica.

Palavras-chave: Sociologia da Ciência; teoria dos campos; autoridade e reflexividade em ciência.

Power and reflexivity in sciences: a critical review of Pierre Bourdieu's *Science de la science*

Abstract

This text aims at being both a recension and a critical comment to Pierre Bourdieu's last work, *Science de la science et réflexivité*. We begin by making a synthesis of this author's main critical contributions on the 1980's and 1990's studies in Sociology of

* Texto aceito para publicação na *Revista Crítica de Ciências Sociais* (2008). Revisão e adaptação para o português falado no Brasil: Ana Paula Hey e Afrânio Mendes Catani.

** Professor Associado de Ciências Sociais na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e pesquisador efetivo do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto, Portugal.

Science. Next, we approach Bourdieu's main rationalist and historical thesis on the understanding of the scientific field in general. In the final part of the text we introduce some critical arguments to Bourdieu's formulations, emphasizing the field theory's limitation to explain the scientific practice in non-central countries, the globalization processes of science, and the scientific reflexivity's self-reforming ability.

Keywords: Sociology of Science; field theory; authority and reflexivity in science.

Poder y reflexividad en ciencia: revisión crítica del *Science de la science* de Pierre Bourdieu

Resumen

Este texto pretende ser, simultáneamente, una reseña y un comentario crítico al último libro de Pierre Bourdieu, *Science de la science et réflexivité*. Comenzamos por hacer una síntesis de las principales contribuciones críticas de este autor sobre los estudios de las décadas de 1980 y 1990 en Sociología de la Ciencia. Después, retomamos las principales tesis racionalistas y históricas de Bourdieu sobre el entendimiento que tiene del campo científico en lo general. En la parte final del texto introducimos algunos argumentos críticos a las formulaciones de Bourdieu, destacando las limitaciones de la teoría de campos para dar cuenta de la práctica científica en países no centrales de los procesos de globalización de la ciencia y de la capacidad auto-reformadora de la reflexividad científica.

Palabras claves: sociología de la ciencia; teoría de campos; autoridad y reflexividad en ciencia.

Este texto pretende ser, simultaneamente, uma resenha e um comentário crítico ao último escrito de Pierre Bourdieu, na forma de livro, sobre o entendimento deste autor a propósito da prática científica e da razão (social e cognitiva) de sua crença reflexiva na ciência. Refiro-me a *Science de la science et réflexivité* (Bourdieu, 2001)¹.

É preciso realçar que meu interesse neste livro não é “inocente”, dado visar melhor compreender as concepções de

¹ Todos os parênteses apresentados ao longo deste texto com indicações exclusivamente de páginas, referem-se sempre a esta obra e a esta edição.

Bourdieu sobre ciência para poder superar/criticar os limites de sua visão/posição, com a finalidade de encontrar uma orientação epistemológica complementar que melhor enfatize as virtualidades (cognitiva e social) do método etnográfico para a reflexividade em Ciências Sociais. Lembro que Bourdieu tende a desvalorizar ou a recusar esta metodologia no modo como concebe a reflexividade científica (p. 17-18; Bourdieu, 2003). Trata-se de uma intencionalidade para a qual este texto pretende apenas contribuir com um pequeno passo, em uma caminhada que não sei ainda muito bem como será concluída. Aliás, este texto deve ser lido na articulação com duas versões de um anterior, de minha autoria, também ele outro pequeno passo na mesma caminhada, no qual fazia igual recensão e comentário críticos a *Esquisse d'une théorie de la pratique* (Caria, 2003; 2004).

1. Uma interrogação racionalista sobre a ciência

Science de la science et réflexivité é a edição de um curso no *Collège de France* (Paris) sobre a temática referida no título. Nesta edição parecem ter sido preservados muitos dos exemplos e das ilustrações (apresentados com fonte menor e entre colchetes na edição em referência) que na intervenção oral foram sendo inseridos em complemento às principais proposições teóricas. Como o próprio autor indica, o essencial do conteúdo da lição não é novo, porque retoma artigo de 1975, que é relido e atualizado diante dos desenvolvimentos da Sociologia da Ciência das décadas de 1980 e 1990 (p. 91-95).

O prefácio e a introdução do livro (p. 5-14) são bem elucidativos das intenções e interesses explícitos do autor: defender a autonomia da ciência contra os poderes da economia, da política e de todos os outros campos simbólicos, particularmente o campo filosófico que considera dominante na reflexão epistemológica sobre a ciência (p. 21-22). Sua visão pretende afrontar explicitamente a atitude escolástica dos filósofos e de vários cientistas sociais² que se centram apenas nos textos e nos discurs-

² Sobre a gênese sócio-histórica da escolástica e de suas manifestações acadêmicas, ver Bourdieu, 1998, p. 9-112.

tos científicos e que tomam a teoria científica formal como equivalente da prática científica, fazendo emergir concepções e significações irracionais (por serem contra a ciência), consideradas um perigo para os avanços históricos que a razão científica permitiu. Neste contexto, o autor reage de forma bastante crítica a todas as abordagens que pretendem, de modo radical, relativizar a ciência ou evidenciar a especificidade epistemológica das Ciências Sociais (p. 167-168), porque entende que todos os relativismos de inspiração pós-moderna visam, em seus efeitos, destruir ou desacreditar o poder da ciência – e, desta forma, dar mais poder ao econômico ou ao político, ainda que possam explicitamente visar apenas a uma luta simbólica pelo monopólio da verdade sobre o mundo social.

Para realizar tal propósito, Bourdieu assume-se como um racionalista histórico: alguém que acredita na razão científica e a defende com a pretensão de desenvolver um conhecimento universal, partindo do pressuposto de que essa possibilidade não decorre de uma idealização qualquer do mundo científico mas, antes, de uma prática e de uma história que autonomizou este campo de outros poderes e que lhe deu características sociais e cognitivas que o colocam à parte de outros campos simbólicos. Assim, mais do que uma convicção ou um ideário, as virtualidades da ciência como forma de conhecimento existem para Bourdieu porque foram produzidas por sua história (produziram um campo com autonomia relativa) e estão incorporadas ao inconsciente coletivo dos cientistas (o *habitus* científico).

No entanto, a defesa do poder científico na sociedade moderna ocidental, reivindicada por Bourdieu neste livro, não pretende iludir a arrogância, esquecer o dogmatismo científico ou ignorar que a razão da ciência, bem como de todos os campos simbólicos (filosofia, arte etc.), começa por ser local e uma construção social, tendo a ciência a particularidade de ter conseguido tornar sua verdade universal. Daí que Bourdieu pergunte, como questão central do livro, como é possível uma atividade situada historicamente, em um tempo e lugar social particulares, produzir verdade para além do seu local enquanto conhecimento universal? A resposta, como veremos mais à frente, parte do raciocínio

de que uma construção social torna-se realidade e que não é apenas mais uma interpretação, porque é capaz de gerar efeitos sociais no longo prazo (efeitos práticos e históricos) para além desse local e para além de si própria.

Do meu ponto de vista, esta pergunta é típica de um racionalismo socioconstrutivista que, para melhor se defender do relativismo epistemológico e do idealismo filosófico, adota uma visão histórica. Mas será a versão histórica a única alternativa socioconstrutivista consistente ao relativismo³? Não tenho resposta a esta pergunta, e espero que o presente texto venha a se constituir em pequena contribuição à temática⁴.

2. A prática e o poder da ciência

O livro aparece organizado em três capítulos: no primeiro, faz-se uma pequena revisão da literatura sobre a Sociologia da Ciência, criticando-se o relativismo da “nova Sociologia da Ciência” e o normativismo do universo simbólico da “velha Sociologia da Ciência” de inspiração mertoniana (p. 15-66); no segundo, desenvolve-se e explica-se a natureza simultaneamente social e cognitiva da atividade científica, procurando-se fundamentar a aparente trans-historicidade da ciência (p. 67-166); no terceiro, concretiza-se esta natureza social e cognitiva quanto à reflexividade científica nas Ciências Sociais (p. 167-220)⁵. O livro

³ A dissociação entre o relativismo cognitivo e o socioconstrutivismo nem sempre é reconhecida nos textos que abordam estas temáticas no plano filosófico ou sociológico, porque se entende existir alguma ambigüidade no modo como o socioconstrutivismo se distancia do relativismo, tendo em vista que ambas as correntes têm um visão muito semelhante sobre a história da razão científica. A partir deste ponto de vista de não dissociação das duas correntes, ver, em uma abordagem sociológica, Dubois, 2001; em uma abordagem filosófica, Echeverria, 2003. Inversamente, em uma perspectiva que procura explorar a dissociação entre as duas correntes, ver Chalmers, 1994 e Stengers, 2000.

⁴ Esta interrogação não é recente em meu trabalho de investigação pois já na tese de doutorado, que defendi em 1997, admitia como bom o “rótulo” de construtivo-racionalista para situar a orientação epistemológica que seguia (Caria, 2000, p. 5-28).

⁵ Neste texto não daremos especial destaque à abordagem que Bourdieu faz da epistemologia das Ciências Sociais, porque o modo como a equaciona, no essencial e quanto às suas qualidades, nada a distingue das demais ciências.

contém, ainda, uma breve conclusão de duas páginas que nada acrescenta de relevante a seu conteúdo, salvo a indicação que fornece sobre a necessidade de se ler outro texto de sua autoria para melhor compreender sua visão sobre a ciência: *Méditations pascaliennes* (Bourdieu, 1998).

No capítulo 1, Bourdieu aceita as conclusões da nova Sociologia da Ciência, particularmente o fato de esta trazer importantes contribuições empíricas para evidenciar que a ciência não é um conhecimento dogmático (dado ter uma história de institucionalização que evidencia a gênese social da sua razão) e que tem um mundo social e conflitual próprio (onde se jogam partidas e disputas que evidenciam os interesses e poderes sociais desiguais dos cientistas na ciência). A partir deste ponto de vista, entende que tais aspectos são um avanço científico no que diz respeito à visão consensualista e anistórica da abordagem mertoniana. Mas, sendo relativista, crítica, a seguir, uma outra parte das conclusões da “nova Sociologia da Ciência” (as críticas incidem principalmente nos trabalhos de Bloor, Latour e Wollgar) em três aspectos que entende serem reducionistas da dinâmica do jogo científico: (1) não dão conta da dinâmica interna e histórica própria do campo científico; (2) referem-se apenas a disputas locais em laboratórios; (3) concentram-se em demasia nas práticas e nos produtos escritos. Em alternativa, Bourdieu escreve, contra estes reducionismos, que ao tomar-se por objeto o laboratório de investigação científica, ele não deve ser visto, por um lado, como fechado em si próprio, devendo-se dar conta da posição coletiva e individual (relativamente aos cientistas que nele trabalham e aos outros cientistas que trabalham em outros locais) que ocupa nas relações sociais que atravessam o campo científico respectivo. Por outro lado, deve ser levada em consideração a totalidade das práticas que produzem realidade, e não apenas as práticas da escrita (que seria o ponto de vista típico da semiologia) que se organiza em relação aos textos científicos legítimos – por exemplo, a análise da prática da escrita de um artigo para uma revista científica.

Sua proposta de investigação supõe que o laboratório, ou qualquer outro local de produção científica coletiva, possa ser

tomado como um campo ou subcampo científico (p. 75) naquilo que tem de autônomo como recurso capitalizável para reproduzir um poder científico dentro de um jogo que é sempre conflitual e polêmico e que está para além (embora não à parte) dos textos e dos discursos racionalizadores da prática científica (das convenções sociolingüísticas). A possibilidade, enunciada, de um local poder ser considerado um campo social é algo que se nos apresenta como particularmente inovador no pensamento de Bourdieu, embora nos pareça que tal hipótese só ganha pertinência, na teoria dos campos, se estivermos nos referindo a locais centrais ao campo científico. Outras alternativas serão, por exemplo, as que foram formuladas na década de 1990 em Portugal (total ou parcialmente fora do enquadramento da teoria dos campos sociais), dentre outras, por Nunes (1996) – na qual o local-laboratório é visto na dupla faceta de cognição situada e de ação investida em relações de poder científico, sendo a análise orientada para as (des)continuidades e tensões entre as escalas micro, nacional e global – e por Martinez, Ávila e Costa (1994), na qual se procura na análise do laboratório criar um “consenso teórico mínimo” entre a “velha” e as “novas sociologias da ciência” em torno da valorização da dimensão organizacional/institucional da ciência.

Ainda na mesma linha de raciocínio, Bourdieu faz uma releitura dos “trabalhos relativistas”, desmistificando o denominado artificialismo da realidade científica e o interesse próprio do cientista na descoberta da verdade. Nesta desmistificação (que se prolonga pelo início do capítulo 2 do livro, p. 67-81) ele chama a atenção para três tipos de erros: (1) os relativistas são a inversão lógica do positivismo, porque supõem, em sua crítica à ciência, que só há ciência positivista (supostamente todos os cientistas acreditariam que a realidade é um dado com sentido em si próprio); (2) os relativistas, apesar de poderem praticar o método etnográfico, não chegam a evidenciar que compreendem o olhar positivista do cientista – que seria a cultura nativa do laboratório –, preferindo antes se entregar apressadamente a seus objetivos exclusivamente político-filosóficos de denúncia e descrença do/no conhecimento científico (p. 151-152); (3) os relativistas participam nos limites de uma visão escolástica do conhecimento porque, ao desqualificarem

o interesse egoísta do cientista na procura da verdade, podem alimentar perversamente a idéia de que alguma vez foi ou será possível haver uma razão humana pura e neutra, exterior aos interesses sociais existentes.

Estes três erros ocorrem porque, segundo Bourdieu, pressupõe-se que o campo científico não tenha qualquer autonomia relativamente ao campo político, e logo todas as lutas simbólicas, científicas ou filosóficas, incluindo as lutas dos relativistas contra os racionalistas, serão sempre analisadas apenas como lutas políticas baseadas em artifícios e convenções de linguagem. Como acrescenta, dizer que a realidade é uma construção social e dizer que ela se desenvolve com base em interesses egoístas nada acrescenta de novo àqueles que, como o autor, adotam um ponto de vista bachelariano e racionalista-histórico na ciência. Resta, no entanto, destacar que a visão bachelariana é reconhecida como racionalista na interpretação de Bourdieu não só por ter uma visão histórico-construtivista, mas, principalmente, por fazer uma interpretação da história da ciência na qual se evidencia o progresso e a melhoria de sua capacidade para explicar a complexidade do mundo.

Bourdieu recusa-se a partir do pressuposto, sem problematização, de que a ciência carece de autonomia diante da política, ou mesmo em relação à arte (p. 81-82). O autor convoca-nos a pensar e a ver a realidade da ciência como uma forma de conhecimento que se pratica (de modo desigual conforme os tempos, os territórios e os espaços sociais) com uma especificidade própria e que, portanto, nos pode trazer um olhar (é apenas uma possibilidade histórica e não uma essência) que não é (não tem propriedades de sentido) equivalente a qualquer outro olhar, comum ou erudito. É essa especificidade, de prática e de história, que se mostra capaz de validar um conhecimento local como conhecimento universal: produzir ciência sem ceder seu ponto de vista a outros campos simbólicos (arte, política, filosofia etc.).

Fica clara, portanto, a recusa de Bourdieu a “estar na moda pós-moderna”: em desenvolver qualquer ponto de vista intercampos ou de gênero de conhecimento híbrido, a não ser o propriamente científico dentro de suas fronteiras específicas. Mas

convirá não confundir este ponto de vista com uma concepção formalista e arrogante de ciência. A razão científica defendida por Bourdieu é submetida à teoria que desenvolve para o campo científico: sua razão é histórica (portanto, transitória) e é uma tomada de posição dentro do próprio campo científico, em coerência com a prática que desenvolve (tem um propósito de poder fazer ciência, de poder científico) e em luta contra outras epistemologias. Assim, submete-se a ser criticada a partir de seus próprios instrumentos de pensamento. Torna-se auto-reflexiva e, portanto, pode ser crítica de si mesma, porque pode objetivar aquilo que tem de subjetivo. Esta é a tarefa a que se entrega na parte final do capítulo 3 (p. 184-220), designada “auto-análise”, na qual se evidenciam as motivações, condutas e tomadas de posição que decidiram sua trajetória sociocognitiva e teórica; reflexão que é contextualizada a partir da referência a sua origem e trajetória universitária na relação com o meio intelectual francês das décadas de 1950 e 1960, ante o estado de desenvolvimento das Ciências Sociais na França.

No entanto, convirá desde já alertar os leitores que o tipo de reflexividade que Bourdieu propõe pode ser visto como uma forma de etnocentrismo epistemológico, porque sua perspectiva vai sempre no sentido de tomar a teoria dos campos sociais como padrão único de avaliação das demais correntes teóricas – e não o de ver as complementaridades e os limites das várias contribuições, ainda que dentro de princípios e regras relativamente contraditórios do fazer sociológico. Mais especificamente, o autor defende que somente sua teoria social (a teoria dos campos sociais) pode constituir-se uma reflexão plenamente científica, porque somente ela poderia objetivar o sujeito da ciência (o sujeito da objetivação). Só ela permite uma auto-reflexividade científica porque, como explica e desenvolve em *Meditações pascalianas*, só ela é capaz de ser crítica do modo escolástico de pensamento relativo ao etnocentrismo epistêmico-filosófico, de inspiração positivista ou inspiração semiológica. Assim, todos os outros modos de reflexão científica, protagonizados por cientistas, que não objetivem o sujeito da objetivação, isto é, que não usem a teoria dos campos como padrão de análise, estão condenados a serem considerados

por Bourdieu reflexividades subjetivistas: cedem terreno, nas lutas simbólicas, à filosofia por via de cumplicidades com a escolástica ou com o relativismo epistemológico.

Concluindo, para Bourdieu existem várias teorias científicas sobre o mundo social, mas nenhuma conseguiu objetivar a subjetividade do seu ponto de vista, porque todas as teorias cedem lugar à filosofia na reflexão sobre o conhecimento científico. Pelo contrário, sua prática e sua reflexão fazem (podem fazer?) ciência da ciência e não filosofia da ciência.

3. Uma reflexividade científica de centro

Para melhor esclarecer seu ponto de vista sobre a ciência, Bourdieu dedica parte do capítulo 2, em especial às páginas 91-123, a uma nova descrição dos conceitos de prática, *habitus*, campo, capital e estrutura, com o propósito de mostrar sua pertinência para a análise sociológica da ciência e para a auto-reflexividade do sujeito científico. É nesta nova descrição que vai identificar as características sociocognitivas da ciência e explicar por que entende ser esta forma de conhecer universal e não apenas local.

A primeira idéia que destacaria é a da existência histórica de uma autonomia científica. É a qualificação da ciência como socialmente autônoma (um campo social próprio) que permite afirmá-la como um conhecimento universal. Esta qualificação da ciência para se tornar uma possibilidade histórica, mais ou menos conseguida, tem por referência primeira o modo como no passado a ciência se constituiu e institucionalizou nas principais universidades dos países centrais do sistema capitalista mundial. Bourdieu não explicita este referencial social, mas é dele e a partir dele que fala.

O lugar e o uso da ciência fora deste mundo simbólico de agentes privilegiados (os cientistas e as instituições universitárias mais prestigiadas internacionalmente) não fazem parte da reflexão da ciência da ciência que Bourdieu desenvolve. Assim, os modos e as lógicas de funcionamento das ciências em sociedades não centrais e os novos modos e lógicas da ciência global que hoje não passam pela hegemonia das universidades (Nunes, 2001a, 2001b e 2003; Santos, 2000 e 2003) não só não fazem parte de seu objeto de análise como são sempre tomados como práticas exteriores ou parci-

almente exteriores ao campo científico, tal como ele é conceitualizado pela teoria dos campos sociais. Explica-se, por isso, implicitamente, que todo uso social da ciência fora deste mundo simbólico de privilegiados é uma forma social incompleta e subdesenvolvida de conhecer que, supõe-se, para ter plena dignidade cultural, terá de replicar o modelo central e universitário de ciência.

A segunda idéia que importa destacar, na construção do conceito de campo científico, é a de que para este funcionar autonomamente é preciso que seus agentes (os cientistas) cultivem uma disposição de envolvimento e implicação nas suas atividades que os leve a crer (a cultivar a crença prática, o *illusio*) que o jogo científico é uma atividade séria (para ser levada a sério): supõe competências, realizações, produtos e polêmicas que são desenvolvidos e avaliados pelas qualidades e critérios prático-científicos e não por critérios relativos a outros jogos (políticos da política, econômico-materiais, mediático-comunicacionais, pedagógico-didáticos, simbólico-filosóficos, comunitário-domésticos etc.). Isto é, as práticas e disputas científicas não são vividas por seus práticos como um “faz-de-conta” ou uma encenação para realizar interesses não-científicos. Supõem que as realizações práticas das regras do fazer ciência, que estão incorporadas em um *habitus*, não são vividas como obrigações e constrangimentos externos, mas antes como necessárias ao jogo social em que se está envolvido.

A consequência desta formulação é a de que o interesse prático pela teorização do mundo é (deve ser) sério e só tem (deve ter) recompensas nessa atividade quem tem a crença suficiente para levar a sério este jogo social. A existência de recompensas sociais dentro das instituições científicas para práticos descrentes (que encenam e fazem de conta) no jogo científico leva necessariamente a que os critérios de desenvolvimento e avaliação dos desempenhos supostamente científicos não o sejam de fato e que, portanto, as instituições intituladas científicas dêem direito de acesso ao papel social de cientista a agentes que não têm as disposições para saber-estar⁶ nessa condição social.

É por isso que Bourdieu entende que quase toda a relativização da razão científica vai gerar e reproduzir descrentes e

⁶ Para não confundir com saber-ser e saber-ter, ver Caria, 2000, 2007b.

céticos, práticos que não levam a sério a atividade porque deixam de viver “encantados” com a ciência. Assim, diríamos que a relativização histórica da ciência poderá introduzir suficiente lucidez no jogo científico de modo a que, sem perder a crença em sua verdade, se possa mostrar que todas as construções científicas são transitórias e que, por isso, merecem ser desencantadas para não serem tomadas como totalmente desinteressadas e puras⁷. Assim, do ponto de vista de Bourdieu, é preciso promover uma reflexividade científica que desencante o mundo científico (contra a escolástica da razão pura, fixa e ortodoxa) sem destruir suas virtudes sociocognitivas: a produção de uma verdade universal.

A terceira idéia que importa realçar é a de que as virtudes sociocognitivas do mundo científico decorrem de um funcionamento social em círculo fechado: os destinatários primeiros dos produtos científicos são os próprios cientistas, isto é, os avaliadores do jogo são ao mesmo tempo jogadores do mesmo jogo. Daí que as discordâncias e divergências teóricas mais acentuadas, para poderem sobreviver e vencer ortodoxias, tenham de pôr em causa as regras do jogo: tenham de pôr em causa os jogadores que são, simultaneamente, juízes do cumprimento das regras e, por esta via, pôr em causa parte das regras práticas de fazer ciência, ao pôr em causa o poder dos avaliadores.

Este fechamento do campo científico tem várias consequências, necessárias e potenciais. As necessárias são referidas por Bourdieu do seguinte modo: a primeira consequência é a de que, contrariamente ao que acontece com outros campos simbólicos (arte e política), o preço e o valor relativo dos produtos científicos são aferidos em um mercado de bens simbólicos que não tem outros agentes ou instituições que não sejam científicos. A segunda consequência é a de que a polêmica e a divergência teórico-científica têm como denominador central de arbitragem o critério da realidade. Este critério faz com que não possa haver argumento válido que não se expresse por meio de uma lingua-

⁷ Bourdieu chega a afirmar que as crenças desencantadas da prática científica poderão assumir formas de hipocrisia coletiva (p. 152). Esta formulação coloca-me muitas dúvidas quando à sua coerência quanto ao *illusio* científico.

gem que produza realidade: uma linguagem que, enquanto construção social e científica, toma por referência fatos elaborados por vias teóricas, evidenciando-os como exteriores à consciência individual de cada cientista e, por isso, passíveis de serem corroborados, complementados ou refutados por outros cientistas que usem dispositivos teórico-metodológicos que estejam contextualizados no mesmo paradigma de ciência⁸.

A terceira consequência (esta potencial, porque não é explicitamente referida neste livro mas, como sabemos, está bem evidenciada na obra *La distinction* [Bourdieu, 1979]) é a que a divergência teórica no campo científico não é imediatamente vista como uma diferença a excluir, porque os agentes situados neste campo cultivariam o *gosto pela distinção*, enquanto parte de uma disposição geral das classes sociais superiores nas relações com a cultura. Quem não arrisca distinguir-se é porque não quer correr o risco de a diferença poder ser sancionada negativamente e, deste modo, mostra que não tem uma *disposição distinta* necessária ao *habitus* científico: um gosto para cultivar um estilo diferente de uso do conhecimento (contestando em parte as regras do estilo legítimo), indissociável de um poder simbólico que permita que essa diferença não corra o risco de gerar a exclusão do seu autor.

4. Um sujeito histórico coletivo

A autonomia do campo científico é relativa, porque no âmbito dos territórios nacionais centrais ao sistema capitalista mundial a ciência está na dependência do Estado e por isso depende, em parte, financeiramente deste, fato que pode limitar sua autonomia. Destacamos, assim, uma quarta idéia sobre o campo científico: para a plena realização do poder científico em

⁸ Esta formulação da relação entre teoria e realidade é bastante polêmica, porque coloca o problema, muito discutido na sociologia e filosofia da ciência, de saber se é possível haver (saber como ocorre) comunicação e polêmica (corroboração e refutação fatuais) entre cientistas filiados em diferentes programas de investigação, ainda que contidos na mesma disciplina ou subdisciplina científica. Nesta lógica de perceber as produções científicas da realidade e as modalidades em que os mesmos dispositivos técnicos são manipulados nas relações entre diferentes disciplinas e subdisciplinas, veja-se o interessante trabalho de Nunes (2000) sobre a microscopia.

uma sociedade, espera-se que ele esteja associado ao desempenho de cargos políticos nas organizações científicas que reforcem e confirmem simbolicamente o capital de competência científica possuído por aqueles que ocupam essas posições. Em consequência, Bourdieu entende que o capital científico se exprime em duas modalidades: o incorporado, decorrente das competências práticas de fazer e pensar, que permitem saber ser e ter uma autoridade científica legítima (que permite a entrada e a integração neste universo simbólico sancionadas pelos pares mais velhos); e o simbólico, que decide quem está em condições, pelo prestígio possuído, de participar e tomar posição nas lutas científicas (quem tem poder para decidir em cada momento histórico o que é ciência, como se faz e para quem se faz).

Caso estas duas modalidades de capital científico sejam coincidentes, pode-se admitir (Bourdieu não o refere explicitamente) que haverá condições para que o capital científico seja reconvertido mais facilmente em capital político e, assim, os cientistas (enquanto cidadãos cientistas e não cidadãos políticos) sejam um dos protagonistas centrais nas decisões públicas⁹. Se ocorrer o inverso (e este parece ser o diagnóstico de Bourdieu para o caso da França da década de 1990), a hierarquia de autoridade de fazer ciência (competência científica) torna-se paralela à hierarquia simbólica das instituições científicas e, deste modo, o campo científico perde autonomia, tornando-se mais permeável às pressões políticas da política.

Creio que se podem fazer duas observações críticas a Bourdieu quanto ao conceito de capital científico. A primeira é que existe um vazio em seu raciocínio (que do meu ponto de vista não chega a ser explicado), porque remete a regulação da autoridade/competência científica aos processos de globalização da ciência, enquanto que o poder simbólico e prestígio na ciência permaneceria na dependência dos estados nacionais (p. 113-114). Assim, no que se refere a um dos problemas teóricos mais candentes de hoje (relativo ao poder simbólico global da ciência na sociedade), ficamos sem uma explicação sobre o modo como se

⁹ Sobre a temática das fronteiras entre a ciência e a tecnologia e a decisão política (pública ou outra), ver Gonçalves, 1996 e 2000; Martins e García, 2003.

deu esta transformação da escala nacional para a internacional e, portanto, sem compreender o modo como Bourdieu concebe a dinâmica do mercado de bens simbólicos científicos globais e sua articulação com os mercados nacionais. Entendo que permanece certa ambigüidade, pelo menos no texto deste livro, pois tanto parece que se dá uma conotação positiva ao fenômeno da globalização científica, para fugir às pressões políticas e midiáticas sobre a ciência em escala nacional, quanto parece dar-se uma conotação negativa, porque ficaria mais exposta às pressões mercantis do capital econômico global.

A segunda observação crítica é a de que não se enuncia a possibilidade de a coincidência entre as duas espécies de capital científico (competência prática e prestígio institucional) ter condições de gerar um efeito conservador na estrutura das relações de poder, por meio de poderes paternalistas e de patrocínios, que excluiriam, incorretamente, jogadores sérios mas heterodoxos, do campo científico (p. 110-116). Esta hipótese não é formulada por Bourdieu, porque o modo como descreve sua teoria na prática científica leva-o a considerar que: (1) a mudança em ciência faz-se na interseção interdisciplinar, valorizando-se a erosão das fronteiras entre ciências e o hibridismo teórico-metodológico (p. 74-75; 128-134); (2) no campo científico (contrariamente ao que acontece nos processos de reprodução em outros campos sociais) nem sempre a estrutura de posições sociais ocupadas no campo determina as competências práticas (o *habitus*) e as tomadas de posição (lutas simbólicas e prestígio no campo) (p. 117-127). No campo científico poderia haver uma defasagem, mediada pelo *habitus*, entre as posições sociais obtidas (estrutura simbólica do passado) e as tomadas de posição (disputas simbólicas do presente)¹⁰, resultante do fato de o reconhecimento da competência estar dependente do valor distintivo da originalidade do conhecimento¹¹.

¹⁰ Esta possibilidade teórico-metodológica é explicitamente referida por Bourdieu em *Meditações pascalianas* (1998, p. 137-144) e foi por nós assinalada, como estando implícita, na sua obra fundadora da teoria da prática (Caria, 2003, p. 139-141).

¹¹ Esta originalidade, é conveniente salientar, apresenta-se inicialmente como uma construção que pretende (por seus autores) ser reconhecida como um produto legítimo (no interior de um campo científico).

Este modo particular de o *habitus* se manifestar no campo científico é enunciado por Bourdieu na parte final do capítulo 2 (p. 123-146) e, pensamos, está relacionado com o fato de se frisar, à luz dos trabalhos de Kuhn (p. 38 e 157), que a mudança científica (das regras do fazer ciência e das relações de poder dentro da ciência) ocorre, primeiro, dentro do mesmo paradigma, e não fora. É uma visão que leva a considerar que o campo científico nas sociedades capitalistas centrais tem uma capacidade auto-reformadora, sem necessidade de revoluções científicas, dado estar-se, explícita ou implicitamente, sempre em permanente luta científica sobre as regras do fazer ciência. O próprio campo científico transforma-se, como menciona, em *sujeito histórico* (p. 138-140). No entanto, uma pergunta fica em aberto: será que esta capacidade auto-reformadora da ciência é compatível com a descrição deste campo social (e de qualquer outro na teoria de Bourdieu), em que os agentes dominantes buscam, na luta simbólica, o monopólio do poder científico?

5. Ficar pelo inconsciente científico?

Algumas destas formulações levam-me a conclusões que suponho estarem para além do pensamento de Bourdieu e que, por isso, suspeito, teriam sua discordância global. No entanto, do meu ponto de vista, não deixam de ser deduções lógicas daquilo que é enunciado. Vejamos, a seguir, uma síntese dos tópicos que considero mais relevantes.

A razão científica para produzir verdade universal supõe, para além da crença prática no jogo científico (participar seriamente na atividade), duas outras disposições práticas no *habitus* científico: (1) uma disposição estética para a distinção que permita recompensar simbolicamente a diferença sociocognitiva (a originalidade científica); (2) uma disposição ética (um *ethos*) para a arbitragem impessoal do capital científico, por meio da construção de evidências realistas (fatos científicos) de prova e refutação, consequência do fato de os juizes científicos (os cientistas com maior poder simbólico) se autolimitarem (no seu capital de competência e autoridade científica), aceitando discutir e negociar parte das regras do jogo científico como única

forma de garantir a despersonalização e a desparticularização da ciência (p. 149)¹².

É claro que esta ética prática (*ethos*) não fica longe de um dos princípios normativos de funcionamento da instituição científica formulados por Merton, embora aqui com uma configuração mais histórica: um ceticismo organizado que parte de um interesse desinteressado (sem ser interesseiro e sem ser dissimulado) em que as regras científicas (tal qual as regras jurídicas) estão acima das pessoas concretas e, portanto, das formas de autoridade carismática em espaços sociais domésticos¹³. Ora, é esta disposição ética que, duvido, seja compatível com as estratégias práticas de monopolização do poder que são sempre evidenciadas na obra de Bourdieu, quando este se refere aos agentes sociais que ocupam posições de dominação nos campos sociais.

Em conclusão, dentro do etnocentrismo da razão científica (racionalista, universitária e central de Bourdieu) descobrimos que existem outras racionalidades (estética e ética interiores à ciência) que se terão constituído como necessárias para o desenvolvimento sócio-histórico da ciência. Logo, fica claro que para se desenvolver uma ciência com aspirações a gerar centralidade¹⁴ (a disputar posições centrais no campo) é necessário cultivar, junto aos aprendizes da ciência, o gosto por um conhecimento lúdico (levar a sério o jogo da exterioridade diante das urgências

¹² Bourdieu parece recusar esta disposição ética que permitiria a coexistência de diferentes dispositivos teórico-metodológicos na mesma disciplina científica, porque quando se refere à existência de pluralismo epistemológico nas Ciências Sociais desqualifica-o, dizendo que se trata apenas de uma forma de contaminação da ciência pela ordem político-democrática (p. 144). Assim, parece-nos que o princípio de explicação da dinâmica de poder nos campos simbólicos, relativo às estratégias de busca do monopólio da verdade, é reafirmado também para o campo científico.

¹³ Potenciadoras do poder paternalista na ciência e dos patrocínios científicos que, como referimos atrás, poderão ocorrer nas formas institucionais de ciência que se apresentem demasiadamente fechadas sobre si próprias.

¹⁴ Este seria o modo de produção científica geralmente designado como de tipo 1, que, por comparação com o mais recente, o de tipo 2, seria mais acadêmico, menos tecnológico e mais autocentrado. Sobre esta temática ver Gibbons e outros (1994) e Nowotny e outros (2001). Em Portugal, para além das obras de Nunes e Gonçalves, já referenciadas, ver também os trabalhos de Oliveira (2002) e de Caria (2005, 2007a).

do real), por um conhecimento inovador (que dê distinção de si) e por um conhecimento autolimitado (um avaliador que negocie e aceite transgredir, por acordo inter-subjetivo com os pares, parte das regras do jogo que defende).

Será, porém, esta educação do gosto científico sempre uma atividade inconsciente e regulada apenas pelo *habitus*? Será que ela se manifesta de um modo tão exclusivo, para não dizer elitista, que somente a podem ter os que a aprendem de modo prático e incorporado? Em um contexto histórico e social em que a ciência social não ganhou (ainda?) suficiente autonomia científica, deixar que nas aprendizagens, nas interações sociais e nos contextos institucionais funcionem apenas os processos prático-inconscientes do *habitus* não será condenar-se à condição e ao destino social de permanecer periférico? Nestas circunstâncias, cremos que a relativização da razão científica (porventura mesmo a histórica) terá como efeito destruir a possibilidade de se gerar poder científico autônomo, porque, aparentemente, a reflexividade proposta por Bourdieu só pode gerar efeitos sociais relevantes na condição de o campo científico já estar constituído autonomamente, ou seja, de já se ter produzido encantamento e fé social (moderna) na razão científica.

Concluindo, está justificada a necessidade de fazer apelo (enquanto estratégica projetada e não como estratégia prática) a um outro modo (menos inconsciente e menos psicanalítico¹⁵) de aprender a usar (e a refletir com) a ciência na ciência que permita, agindo sobre a estrutura da relação social com o conhecimento, contrariar e minimizar a produção de cientistas ilegítimos: docentes universitários sem gosto pela ciência, em virtude de não terem as três disposições identificadas necessárias à afirmação de um poder científico autônomo e central.

¹⁵ Dizemos psicanalítico porque a auto-análise desenvolvida por Bourdieu é apresentada como uma explicitação do inconsciente que se organiza por meio de uma linguagem que descreve a subjetividade do autor com base nas categorias de pulsão e sublimação. Este modo de descrição é particularmente evidenciado em *Meditações pascalianas* e segue de perto a concepção de Gaston Bachelard, quando considera que os processos de objetivação em ciência se defrontam com obstáculos epistemológicos que exigem catarses intelectuais (Bachelard, 2001, p. 167-170).

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2001 [1971]¹⁶.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction – la critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- _____. *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta, 1998 [1997].
- _____. *Science de la science et reflexivité*. Paris: Raisons d'Agir, 2001.
- _____. Participant objectivation. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 9: 281-294, 2003.
- CARIA, Telmo H. *A cultura profissional dos professores; o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90*. Lisboa: Fundação Ciência e Tecnologia-Fundação Calouste Gulbenkian, 2000 [1997].
- _____. Da estrutura prática à conjuntura interativa: relendo o esboço de uma teoria da prática de Pierre Bourdieu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 64: 135-143, 2003.
- _____. O conceito de prática em Bourdieu e a pesquisa em educação. *Educação & Realidade*, XXVIII (1), 2004, p. 31-48.
- _____. Trabalho e conhecimento profissional-técnico: autonomia, subjectividade e mudança social. *Saber profissional*. Coimbra: Almedina, 2005. p. 17-42.
- _____. Itinerário de aprendizagens sobre a construção teórica do objeto. *Saber. Etnográfica*, 11 (1): 215-250, 2007a.
- _____. A cultura profissional do professor de ensino básico em Portugal: uma linha de investigação a desenvolver? *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, n. 03, [http://sisifo.fpce.ul.pt], 2007b.
- CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. São Paulo: UNESP, 1994 [1990].
- DUBOIS, Michel. *La nouvelle sociologie des sciences*. Paris: PUF, 2001.
- ECHEVERRIA, Javier. *Introdução à metodologia da ciência*. Coimbra: Almedina, 2003.
- GIBBONS, Michael et al. *The new production of knowledge; the dynamics of science and research in contemporary societies*. London: Sage, 1994.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (org). *Ciência e democracia*. Oeiras: Celta, 1996.
- _____. (org). *Cultura científica e participação pública*. Oeiras: Celta, 2000.
- MARTINEZ, Margarida Senna; ÁVILA, Patrícia; COSTA, António Firmino da. A tensão superficial: ciência e organização em um centro de investigação. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16: 75-109, 1994.
- MARTINS, Hermínio; GARCIA, José Luís (orgs). *Dilemas da civilização tecnológica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

¹⁶ A data entre colchetes corresponde à edição original; a outra data refere-se à edição utilizada pelo autor na elaboração do artigo. (Nota dos revisores da versão brasileira.)

NOWOTNY, Helga et al. *Re-thinking science: knowledge and the public in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press, 2001.

NUNES, João Arriscado. A política do trabalho científico: articulação local, conversão reguladora e ação à distância. In: GONÇALVES, Maria Eduarda (org.). *Ciência e democracia*. Oeiras: Celta, 1996. p. 251-276.

_____. Públicos, mediações e construções situadas da ciência. In: GONÇALVES, Maria Eduarda (org.). *Cultura científica e participação pública*. Oeiras: Celta, 2000. p. 81-100.

_____. Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001a. p. 297-338.

_____. Laboratórios, escalas e mediações na investigação biomédica. A oncobiologia entre o global e o local. In: NUNES, João Arriscado; GONÇALVES, Maria Eduarda (orgs.). *Enteados de Galileu? A semiperiferia no sistema mundial da ciência*. Porto: Afrontamento, 2001b. p. 33-75.

_____. Um discurso sobre as ciências 16 anos depois. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Porto: Afrontamento, 2003. p. 57-80.

OLIVEIRA, Luísa. Desafios à universidade: comercialização da ciência e recomposição dos saberes académicos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34: 93-116, 2002.

SANTOS, Boaventura Sousa. *A crítica da razão indolente*; contra o desperdício da experiência. Porto: Afrontamento, 2000.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Porto: Afrontamento, 2003. p. 735-775.

STENGERS, Isabelle. *As políticas da razão*. Lisboa: Edições 70, 2000 [1993].

Endereço para correspondência:
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Av. Almeida Lucena, 1
Vila Real – Portugal – 5000-660 (351) 259-302237
E-mail: tcaria@utad.pt

Recebido: 1/8/2007

Aceito: 20/8/2007